



Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 40.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1996**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Carlos Simões.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aribal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Reto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Porsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SP. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SP. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MFNSAGEM N.^o 044/96

Curitiba, 14.05.96.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a esta augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 20 e 31 de maio corrente, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington e Nova Iorque, tratar de assuntos de interesse do Estado, entre os quais firmar contrato de

financiamento junto ao BID, participar de reuniões preparatórias do Habitat II, e, ainda, a Paris, França, integrando a Comissão da Presidência da República; também autorização para afastar-me do País entre os dias 9 e 20 de junho próximo, com destino a Istambul, Turquia, para proferir palestra e presidir reunião da Comissão da América Latina e Caribe, durante a realização do Habitat II e, neste período, receber, em Nova Iorque, prêmio de Urbanismo, conferido pela Fundação Pene Dubos.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Cada o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N.^o 027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei n.^o 282/95, de autoria do Poder Executivo, item 07 da Ordem do Dia de hoje, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, por 5 sessões.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N.^o 031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do requerimento de minha autoria, por 2 sessões.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N.^o 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja marcada a data de 27 de junho do corrente ano, às 15:00 horas, em Sessão Solene, para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Vilson José de Castro Gamborgi.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, um voto de regozijo pelo transcurso, nesta data, do dia da Assistente Social.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Hoje, 15 de maio, é o dia da Assistente Social. Pessoa altamente especializada, de nível universitário, a Assistente Social orienta as famílias, encaminha, apresenta sugestões aos Centros Sociais para que, se os problemas não forem resolvidos, pelo menos poderão ser amenizados. As grandes empresas, as associações comunitárias de bairros, principalmente as de bairros mais pobres, não podem prescindir hoje, dos serviços profissionais de uma assistente social. Ela pode muitas vezes ser indiretamente a responsável pelo bom desempenho de um operário, quando ele sabe que sua família, sua esposa ou seu filho, está tendo a orientação ou os conselhos de uma pessoa de confiança.

A Assistente Social merece, no dia de hoje, a nossa homenagem.

REQUERIMENTO N° 015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná e a Associação Paranaense das Empresas Prestadoras de Serviços, alusivos à posse conjunta dos Conselhos Diretores, a realizar-se no próximo dia 17 de maio do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, Senhor Adonai Aires de Arruda, através de correspondência a ser encaminhada à sede daquele Sindicato, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Senhor Roberto Dimas Vasconcelos Del Santoro, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU, deste Estado do Paraná.

Requer, outrossim, seja dado ciência desta decisão, ao Senhor homenageado.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que esta subscreve, REQUER que a presente moção de congratulações seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU, deste Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, naquele órgão público estadual, conduzindo com a maior seriedade e desenvoltura os trabalhos desta Secretaria.

REQUERIMENTO N° 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Senhor Manoel Aguiar Filho, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU, deste Estado do Paraná.

Requer, outrossim, seja dado ciência desta decisão, ao Senhor homenageado.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que esta subscreve, requer que a presente moção de congratulações seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU, deste Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, naquele órgão público estadual, conduzindo com a maior seriedade e desenvoltura os trabalhos desta Secretaria.

REQUERIMENTO N° 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Senhor Sérgio José Ferreira de Souza, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU, deste Estado do Paraná.

Requer, outrossim, seja dado ciência desta decisão, ao Senhor homenageado.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que esta subscreve, requer que a presente moção de congratulações seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU, deste Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, naquele órgão público estadual, conduzindo com a maior seriedade e desenvoltura os trabalhos desta Secretaria.

REQUERIMENTO N° 022

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com o Consulado do Paraguai no Paraná, pelo transcurso em data de ontem, do 185° aniversário da Independência daquele País.

A data nacional do Paraguai foi comemorada nesta cidade em solenidade levada a efeito no Teatro Fernanda Montenegro, quando o Senhor Cônsul Leopoldo Ostertag reuniu a comunidade brasileira e paraguaia, aqui residente, fazendo um histórico da independência do seu País, apresentando um vídeo da situação atual do mesmo e após apresentação de um show folclórico de grande beleza.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dada ciência ao Senhor Leopoldo Ostertag, Cônsul do Paraguai no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar, Lélcio Viana Lobo, solicitando a viabilização da construção de um novo aeroporto em Ponta Grossa.

Ponta Grossa enquadra-se entre as maiores cidades do Estado do Paraná, e necessita de novo aeroporto com infra-estrutura moderna e ampla com capacidade de receber pousos e decolagens de grandes jatos.

A construção de um novo aeroporto em Ponta Grossa tem o apoio do Governo do Estado, que reconhece a cidade como sendo um dos maiores pólos industriais, agrícola e agropecuário do Paraná, além de possuir grande importância econômica em termos de arrecadação.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 005

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de instalar um telefone público em frente a Lanchonete do Benê, localizada na PR-408, no Bairro Barro Branco, em Morretes. Nas proximidades não há telefone público e os moradores infelizmente ficam sem comunicação. Com o atendimento da presente toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 006

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento, principalmente nos finais de semana, na Rua Rio Norte Parigui, localizada no Bairro Pilarzinho, tendo em vista as badernas lá existentes.

O pedido está sendo feito por alguns moradores do local, os quais afirmam que nos finais de semana, outros moradores que ali residem, promovem bebedeiras, brigas e algazarras, durante o dia e à noite também. Não há sossego e ninguém consegue dormir. Pede-se providências urgentes, a fim de intimidar os moradores baderneiros que tanto têm prejudicado seus vizinhos.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 007

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar o que vem ocorrendo no poste localizado em frente da casa n° 102, na rua Rio Norte Parigui, no Bairro Pilarzinho.

A moradora desse endereço diz que está havendo um curto nesse poste e se necessário maiores informações pode-se manter contato pelo telefone 242-3782, com a Sra. Eliane do Rocio Gilecicz.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 008

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo na região do Bairro da Santa Cândida, uma vez que durante o dia nunca há o fornecimento de água e à noite, quando as bombas são abertas, não chega a encher as caixas das residências.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Izidoro Wosch e eles estranham que a taxa não sofre alteração, porém não é compatível com o consumo, tendo em vista que sempre ocorre a falta de água. A situação é crítica e necessita de providência urgente.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 009

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para instruir a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo diariamente na Rua Libéria - Vila Esplanada, localizada no Município de Pinhais.

O pedido está sendo feito pela Sra. Maria de Lourdes Castro e se necessário informações complementares, estas podem ser obtidas pelo telefone 368-6326.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando a implantação do Projeto Paraná 12 Meses, para criar ou ampliar Centros comunitários no Município de Teixeira Soares.

Estes Centros Comunitários, funcionarão com base nas demandas locais nas áreas de educação informal social ou produção. São chamados "galpões comunitários", que poderão ser utilizados em serviços como: atividades grupais (reuniões, treinamento), cozinhas comunitárias, indústria artesanal, oficinas de máquinas e equipamentos comunitários, armazéns para produção e armazenagem de insumos, beneficiamento, revenda e comercialização.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando a implantação do Projeto Paraná 12 Meses, para criar ou ampliar Centros comunitários no Município de Imbituva.

Estes Centros Comunitários, funcionarão com base nas demandas locais nas áreas de educação informal social ou produção. São chamados "galpões comunitários", que poderão ser utilizados em serviços como: atividades grupais (reuniões, treinamento), cozinhas comunitárias, indústria artesanal, oficinas de máquinas e equipamentos comunitários, armazéns para produção e armazenagem de insumos, beneficiamento, revenda e comercialização.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, solicitando intervenção no sentido de resolver a situação criada entre o Instituto de Cegos do Paraná e os deficientes visuais que protestam contra a administração daquele instituto.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

É inconcebível que um grupo de deficientes visuais fique 30 (trinta) dias protestando contra uma administração e, esta faça ouvidos moucos e visão opaca em relação ao problema.

Se assim se comporta a administração daquele instituto, não pode o Poder Público se calar, fazendo dos deficientes não só uma vítima daquele instituto, mas também do Poder estabelecido.

Cabe ao Poder Executivo, no mínimo, através de atos políticos agir para o bem da comunidade.

Se possível, agir também administrativamente.

REQUERIMENTO N° 025

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente aos Senhores: Fernando Henrique Cardoso, Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Luiz Felipe Palmeira Lamprea, Excelentíssimo Ministro

de Estado das Relações Exteriores, solicitando uma efetiva e rápida ação das autoridades brasileiras, no sentido do descumprimento das normas do Tratado do MERCOSUL, por parte da Argentina, no que se refere à fiscalização aduaneira na fronteira dos dois países que a cada dia que passa aumenta a sua arrogância e encontram um pretexto diferenciado para impedir que as compras efetuadas pelos argentinos em supermercados brasileiros sejam transportados para além-fronteira.

E, juntamente com o requerimento, envia um abaixo-assinado de comerciantes de Foz do Iguaçu, que comprovam a presente denúncia.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Desde a segunda quinzena do mês de janeiro deste ano, sob o pretexto de combater a cólera, nenhum produto adquirido no Brasil, passa para a Argentina, mesmo em se tratando de produtos de limpeza e outros que são de consumo diário, (o que era permitido desde que não ultrapassasse a conta de R\$ 30,00). Apesar de estar sendo invocado um possível acordo entre Prefeitura de Puerto Iguazu, Alfândega e Associação Comercial, que obrigaria, assim, os argentinos consumirem produtos fabricados no seu próprio país, acreditamos que se trata de uma campanha de discriminação acentuada aos comerciantes brasileiros.

REQUERIMENTO N° 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN, solicitando informações sobre os documentos necessários para credenciamento de Despachante, principalmente sobre "Consenso Político".

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Na relação de documentos para credenciamento de Despachantes do DETRAN, consta o item "'Consenso Político': Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito e Carta de Diretório", o que causa estranheza e sugere manipulação política na concessão dos credenciamentos.

REQUERIMENTO N° 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, sobre o envio do corpo de cachorro morto a

tiros no último domingo, dia 12 de maio de 1996, ao Instituto Médico Legal do Estado do Paraná, fazendo os seguintes questionamentos:

- 1 - Qual o critério adotado pelo Instituto Médico Legal na análise do corpo do cachorro, sendo que este exame só poderia ser feito por um médico veterinário?
 - 2 - Qual o nome do dono do cachorro?
 - 3 - Foi usado algum carro do Instituto Médico Legal para o transporte do corpo?
- Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) RICARDO CHAB

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 181/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba para promover obras de iluminação pública em toda extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteiras com a Capital do Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os municípios que fazem fronteira com a Capital do Estado são conhecidos como "cidades-dormitório", isto é, as que dispõem de mão-de-obra utilizadas em Curitiba e outras regiões vizinhas. Muitos destes trabalhadores vão à pé ou de bicicleta para o seu labor, tanto pela manhã, na ida, quanto na sua volta à noite.

A ausência de iluminação pública nas rodovias transforma a sua vida num transtorno. E basta verificar o número de acidentes envolvendo trabalhadores para justificar esta iniciativa.

PROJETO N° 182/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o pagamento da taxa da Cédula de Identidade para as pessoas com renda mensal de até três (03) salários mínimos.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará no prazo de noventa (90) dias da aplicação desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Do ponto de vista da cidadania, a carteira de identificação pessoal é um direito irrefutável e, por isso mesmo, deveria ser oferecida de forma gratuita a todos os cidadãos. A cobrança de taxas para sua expedição se constitui em empecilho para o acesso de parte significativa da população a esse documento. Por outro lado, o montante arrecadado pelo Estado com este tipo de serviço não é dos mais expressivos. Segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no segundo semestre de 1995, o Paraná arrecadou R\$ 960.236,59 com a confecção desse documento.

Neste sentido, a aprovação do projeto em questão, isentando do pagamento da taxa da referida carteira de identidade, às pessoas com renda de até 3 salários mínimos, além de significar o reconhecimento por parte do Estado de um direito alienável dos cidadãos, não vai causar nenhum dano que possa comprometer a arrecadação estadual.

PROJETO DE LEI N° 183/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O "caput" do art. 5° da Lei n° 11.034 de 30 de dezembro de 1994, suprimidos seus incisos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Com a ressalva do art. 4°, o disposto nesta lei aplica-se, nas mesmas bases e condições, a todos os servidores e funcionários públicos do Estado do Paraná."

Art. 2° - O Art. 7° da Lei n° 11.034 de 30.12.94, passa a ter a seguinte redação:

"O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação no Diário Oficial do Estado."

Art. 3° - O art. 8° da Lei 11.034 de 30.12.94, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Decorrido o prazo estipulado no artigo anterior, sem que haja regulamentação, o Poder Legislativo regulamentará a presente lei."

Art. 4° - Fica acrescida à Lei 11.034/94, o art. 9° seguinte:

"Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por escopo a correção dos objetivos pertinentes à Lei n° 11.034 de 30.12.94, tendo em vista o aspecto constitucional e a eficácia legal. Tal legislação discrimina trabalhadores nas três esferas de Poder, a exemplo dos incisos I e II do art. 5°, que restringem o benefício do auxílio-alimentação a alguns servidores e funcionários paranaenses.

Os demais, embora também percebendo a mesma remuneração de até 2 (dois) salários mínimos, não se sabe porquê, são excluídos do recebimento do auxílio. Vale ressaltar que a exclusão imposta nos incisos do art. 5°, não são as mesmas dispostas nos incisos do art. 4°. Estas, por serem de natureza diversa, foram ressalvadas no presente projeto.

Em suma, a discriminação na Lei 11.034 é inconstitucional e ilegal, sujeitando a norma a ação direta de inconstitucionalidade, com base nos incisos I, III e IV do art. 3° da Constituição Federal, que fundamentam os objetivos do Estado.

De outro lado, tal legislação, a Lei 11.034/94, com as devidas alterações, tem um papel nobre e pode cumprir com importante função social frente a caótica situação vivenciada pelos servidores e funcionários públicos, com seus parcos salários; portanto, nada mais oportuno que torná-la efetiva, evitando-se que a não edição do decreto regulamentador impeça o seu vigor.

Assim, altera-se também os artigos que condicionavam sua vigência ao decreto. O Poder Legislativo tem a função legítima, legal e constitucional de elaborar leis, que hierarquicamente é superior ao decreto, e deve estar condicionada, apenas, ao interesse legítimo da sociedade, de forma a cumprir os objetivos democráticos preconizados em nossa Carta Magna, a que o presente projeto observa.

PROJETO DE LEI N° 184/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o art. 3°, da Lei n° 10.051 de 16 de julho de 1992 para vigorar com a seguinte redação:

"Aos funcionários e servidores, em exercício nos estabelecimentos de ensino estaduais ficam instituídas as seguintes gratificações:

I - pelo local de exercício;

II - por exercício no período noturno.

§ 1º - Pelo local de exercício entende-se as escolas de difícil acesso, considerando-se a distância do centro da cidade e a falta de transporte coletivo em horário compatível com o funcionamento da escola;

§ 2º - Por exercício no período noturno considera-se o horário a partir das 19 (dezenove) horas.

Art. 2º - Fica suprimida a última expressão do art. 4º:

"e são inacumuláveis entre si".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa corrigir a inconstitucionalidade da Lei nº 10.051/92, já que discrimina servidores e funcionários públicos estaduais. Observa-se que a referida norma privilegia professores de 1º e 2º graus, que lecionam em local de difícil acesso e no período noturno. Todavia, juntamente com os professores, há servidores e funcionários públicos que também exercem sua atividade em estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, nas mesmas condições, e não são abrangidos pelas gratificações.

Assim, a lei estadual em foco afronta a Constituição Federal nos incisos I, III e IV do art. 3º, posto que contraria os objetivos fundamentais a serem perseguidos pelo Estado, tais sejam sobre a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza, marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

De outro lado, verifica-se também uma incoerência, que ora corrige-se por este projeto. Tal pertine a questão das gratificações serem inacumuláveis entre si. Ora, a origem de uma gratificação nada tem haver com a outra; de modo algum são idênticas, ao contrário provêm de situações distintas. A exemplo, local de trabalho de difícil acesso distingue-se de período noturno. E se o exercício da atividade ocorre, no período noturno, em local de difícil acesso, tanto mais se justifica uma maior gratificação, posto que o risco a que se submete o trabalhador é maior. Local de difícil acesso, sem condução à noite, no mínimo quer dizer a tomada de um táxi, o que onera o trabalhador, comum. Portanto, nada mais justo que permitir a quem de direito, acumular a gratificação, havendo coincidência nos dois requisitos.

Destarte, o projeto em questão preserva o espírito democrático que deve vigir num Estado de Direito e coaduna os interesses legítimos da sociedade com os poderes constituídos, o que justifica sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 185/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo para consumidores, usuários e contribuintes, nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos, fornecimento de bens, recolhimentos de tributos ou relações de consumo de competência legislativa do Estado do Paraná, não poderão ser superiores a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do valor da prestação por dia de atraso.

Art. 2º - Para os consumidores e usuários de todo e qualquer serviço ou atividade prestada pelo Estado diretamente, ou através de empresas de companhia mista, fundações, ou associações outras de qualquer natureza, a multa máxima acumulada por dias de atraso não poderá ultrapassar o percentual estipulado e que prevalecer pelo artigo 52, parágrafo primeiro da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

É pública e notória a incompatibilidade das penalidades impostas aos consumidores, usuários de serviços públicos, contribuintes e consumidores em geral nas relações de consumo sob a ordem legislativa do Estado, quando do inadimplemento das obrigações.

Essa incompatibilidade surgiu com a alteração da ordem econômica, desindexação da economia, e queda da inflação do patamar de 40% (quarenta por cento) para até menos de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), e até, em alguns meses, deflação.

Os legisladores e administradores públicos, ao estabelecerem parâmetros de multas, na situação anterior, agiram com equidade de equilíbrio, e os cidadãos aceitaram as penalidades sem reclamação, reconhecendo-as como justas. A mudança estrutural da economia tornou, porém, todos esses parâmetros injustos e absurdos.

Antes, com inflação de 40% (quarenta por cento), a multa máxima para consumido-

res e usuários correspondia a alguma coisa como o rendimento de sete ou oito dias (ou de 20 (vinte) dias para os contribuintes) de uma aplicação em caderneta de poupança. Nas atuais circunstâncias, por um único dia de atraso, a multa atualmente é deferida representando o equivalente ao rendimento de cinco meses em Caderneta de Poupança para os consumidores ou usuários, ou ao absurdo de cerca de três anos de aplicação para o contribuinte que, por qualquer motivo, atrasar um dia a sua obrigação.

Além disto, os serviços públicos são básicos, de sobrevivência, não visam lucros, e o consumidor ou usuário que atrasa a prestação, o faz por motivo de força maior - na maioria das vezes por falta de dinheiro em função do desemprego ou outras circunstâncias. O Estado, portanto, ao não atualizar as normas sobre penalidade, tira proveito, obtém lucro desmedido, torna os pobres mais pobres, e comete aberrante injustiça.

PROJETO DE LEI N° 186/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES

Art. 1° - A proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de crimes violentos serão proporcionados pelo Estado, através dos órgãos e instituições competentes, conforme disposto nos arts. 11 e 15, da presente lei.

Art. 2° - As disposições desta lei aplicam-se às pessoas que forem vítimas de crimes, tentados ou consumados:

I - hediondos, como definidos em legislação específica;

II - tipificados na legislação penal comum ou especial, desde que praticados com violência ou grave ameaça e que produzam morte, lesão grave ou seqüela profunda de natureza psico-emocional;

III - internacionais, como tais definidos em tratados, convenções ou acordos internacionais ratificados pelo Brasil, desde que produzam os efeitos previstos no inciso anterior.

Parágrafo Único - Esta lei se aplica às pessoas que forem vítimas de condutas que caracterizem violações, tentadas ou consumadas, aos direitos e garantias fundamentais ao ser humano, como tais previstos na Constituição Federal brasileira ou nos tratados, convenções ou acordos internacionais ratificados pelo Brasil, desde que produzam os mesmos efeitos referidos no inciso II deste art. 2°.

Art. 3° - Para efeitos desta lei, considera-se vítima a pessoa que for titular do bem lesado ou ameaçado pelos crimes referidos no artigo anterior, bem como aquela em quem recaia diretamente a conduta delituosa.

§ 1° - As disposições desta lei ainda poderão ser aplicadas à pessoa que tiver relações de parentesco ou afetividade com a vítima, desde que os efeitos dos crimes produzidos nesta, acarretem danos materiais ou psico-emocionais graves naquela.

§ 2° - Também poderá ficar sob a tutela desta lei a pessoa que houver testemunhado quaisquer dos crimes referidos no art. 2°, bem como aquela que detiver qualquer informação necessária à comprovação da autoria ou materialidade deles, ou tiver prestado, ou estejam prestando, qualquer auxílio ao(s) seu(s) autor(es), cúmplice(s) ou participe(s), ainda que involuntariamente.

Art. 4° - A proteção, o auxílio e a assistência aludidos no artigo 1°, desta lei serão prestados mediante:

I - assistência jurídica, consistente em orientação e representação processual, tanto nas áreas cível, trabalhista ou criminal, à vítima, ou pessoa a quem a legislação conferir direito de ação ou legitimidade processual para auxiliar na punição do(s) autor(es), cúmplice(s) ou participe(s) de quaisquer dos crimes referidos no artigo 2° desta lei, ou para se ver ressarcida dos danos deles resultantes;

II - proteção policial, consistente em vigilância ou escolta, ostensivas ou veladas, às pessoas mencionadas no art. 3°, e parágrafos desta lei e aos locais de residência e de trabalho delas, desde que necessário para preservá-lhes a integridade física e psíquica;

III - manutenção das pessoas acima referidas em locais secretos e idôneos ao conforto e segurança delas, enquanto perdurar grave risco à sua integridade física e psíquica e desde que a pessoa beneficiária consinta em tal regime;

IV - criação de unidades policiais especializadas na realização das diligências referidas nos incisos II e III deste artigo, bem como na apuração dos crimes previstos no art. 2°, desta lei, cujas autoria, cumplicidade ou participação recaírem em policiais ou em pessoas que exerçam eventualmente alguma função policial;

V - fornecimento de auxílio financeiro e de apoio terapêutico e pedagógico à vítima carente, bem como aos familiares dela;

VI - elaboração e implementação de políticas, estratégias e programas visando a prevenção de vitimizações primárias e secundárias.

Art. 5º - Nenhuma das pessoas referidas no artigo 2º, desta lei terá a sua identidade revelada pela autoridade policial e pelos órgãos de administração da justiça aos meios de comunicação de massa e a terceiros estranhos ao inquérito ou ao processo, se necessário à investigação e repressão do crime ou à preservação da imagem e de integridade física e psíquica daquelas pessoas.

Parágrafo Único - O público e a imprensa igualmente não terão acesso a reprodução de qualquer imagem das pessoas e objetos relacionados aos mesmos crimes, quando tal publicidade frustrar o previsto neste artigo ou quando puder acarretar qualquer dano à memória, reputação ou intimidade das pessoas mencionadas no art. 2º, desta lei ou dos seus familiares.

Art. 6º - Os meios de auxílio econômico-financeiro serão destinados à(s) vítima(s) desde que satisfeitas as seguintes condições:

I - seja comprovado seu estado de necessidade e que não possui recursos econômicos para enfrentar o problema;

II - não disponha dos serviços de qualquer órgão ou entidade de assistência pública ou privada;

III - não esteja amparada por nenhum tipo de seguro que cubra o benefício que solicita.

Art. 7º - Os recursos financeiros necessários à execução dos objetivos desta lei serão criados e geridos através do fundo de apoio às vítimas de violência.

TÍTULO II

DO FUNDO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Art. 8º - Será incluído no próximo exercício financeiro, no plano plurianual, orçamento-programa, e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias -, previsão de recursos para formação do Fundo de Apoio às Vítimas de Violência.

Art. 9º - Além dos créditos orçamentários e adicionais consignados no orçamento anual do Estado e leis específicas, constituirão meios e recursos do Fundo;

I - doações de organismos e entidades nacionais e internacionais;

II - doações de pessoas físicas nacionais e internacionais;

III - contribuições provenientes de convênios, acordos ou ajustes com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Fundo;

V - outros recursos que lhe forem des-

tinados.

Art. 10 - O Fundo de Apoio às Vítimas de Violência será gerido pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Conselho Permanente de Defesa dos Direitos Humanos do Paraná - COPED -, que terá como finalidades as seguintes:

§ 1º - Desenvolvimento de programas e projetos que possibilitem apoio às vítimas de violência;

§ 2º - Captação de recursos junto às entidades nacionais e/ou internacionais que proporcionem o financiamento dos serviços e programas.

TÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS

Art. 11 - As vítimas de violência serão encaminhadas pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e/ou Conselho Permanente de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED - às instituições responsáveis, de acordo com as matérias criminal, civil, familiar e constitucional.

Art. 12 - As instituições, referidas no artigo anterior, poderão ser o Ministério Público, Defensoria Pública, PROCON, Secretaria de Segurança Pública ou outros órgãos condizentes ao tratamento do direito lesionado.

Art. 13 - A propositura nos crimes de ação pública caberá ao Ministério Público, conforme art. 24 do Código de Processo Penal e 129 da Constituição Federal.

Art. 14 - Em observância ao art. 68 do CPP - Código de Processo Penal -, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e/ou Conselho Permanente dos Direitos Humanos - COPED - encaminharão ao Ministério Público as vítimas de violência pobres, para que o "parquet" promova a devida reparação de dano ou ação civil.

Art. 15 - A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, com auxílio do COPED, colocará à disposição das instituições responsáveis pelo atendimento às vítimas, uma equipe multidisciplinar constituída de peritos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e demais técnicos imprescindíveis à defesa dos direitos e garantias da vítima.

TÍTULO IV

DO PRAZO

Art. 16 - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sanção sob proposta orçamentária, na qual houve previsão

dos recursos necessários a implementação da presente lei, através, do fundo de assistência às vítimas, o Poder Executivo estruturará o programa, regulamentando, no que couber, a presente lei.

Art. 17 - Decorrido o prazo previsto no artigo anterior, sem que haja regulamentação, esta lei entrará em vigor no que for auto-aplicável.

Art. 18 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A proposição, idealizada pelo representante brasileiro na última Conferência Internacional dos Direitos Humanos, no Cairo, Egito, o Deputado Estadual pelo PT no Rio Grande do Sul, Marcos Rolim, atual presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa gaúcha, é apresentada a esta Casa, dentro da mais inovadora linha de política criminal adotada na Europa, após inúmeros estudos sobre violência e suas vítimas.

Na prática a diferença da violência praticada entre o 1º e 3º mundo está na maior quantidade de vítimas produzidas no terceiro mundo, conforme as próprias estatísticas oficiais. Seja pelo descaso do Estado para com o social, com as pessoas mais carentes, pela falta de uma política global de desenvolvimento, que se refletem na maior marginalização e aumento de criminalidade; seja pelas circunstâncias favoráveis que levam ao crime, índole e ideologia.

Esses aspectos evidenciam a importância da matéria, tanto de interesse para sociedade como para o Estado, a partir do momento que se propõem medidas concretas no combate a violência e a impunidade, na melhor investigação e apuração de atos criminosos, com proteção as testemunhas, familiares e vítimas de violência, bem como na garantia de efetiva aplicação das legislações penal e processual penal.

O projeto dispõe sobre uma noção diferenciada do que se deve entender por vítima, envolvendo um conceito que vai além da consideração de simples sujeito passivo. Nesse sentido foi necessário aperfeiçoar a idéia de Rolim através do criminalista Arnaldo Faivro Busato Filho, advogado pós-graduado em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná, professor titular desta UFPR em criminologia e de Direito Penal na Faculdade TUTUM e ex-integrante da Comissão Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção paranaense. Sua contribuição deu o carimbo de qualidade total ao projeto, posicionando a proposição acima de

qualquer suspeita, posto sua competência profissional.

Assim, na linha desse jurista, vítima primária é decorrente da própria prática delituosa e, secundária e a proveniente dos estigmas, vexames, contratempos e publicidades em torno dela. Destarte, a referência a partir do art. 2º é feita de forma a não restringir conceitos e aperfeiçoamentos de legislações. O inciso I, por exemplo, do mesmo dispositivo (2º deste projeto) dispõe sobre crimes hediondos definidos em lei específica. Esta redação não é restrita a Lei vigente, a sob nº 8.072 de 25.07.90, com alteração da 8.930 de 06.09.94, posto que, ao não explicitar o nº da lei não cria condicionamento à legislação vigente, oportunizando ao inciso estar sempre atual, mesmo quando ocorram legislações posteriores.

O inciso III do mesmo artigo 2º, também concretiza uma preocupação com a realidade dos tráficos de crianças, de mulheres, de drogas; atentados terroristas e à ordem elaborado com uma preocupação extensiva, no sentido de não deixar lacunas pela lei doméstica não tipificadoras de determinadas condutas, que podem representar atentados graves à ordem pública.

O art. 3º, abrange além da pessoa física a pessoa coletiva, titular do bem jurídico. Há que se ter em conta que o próprio Estado pode ser ofendido, visto ser também titular do bem jurídico, caso da Administração Pública, cuja imagem pode ser afetada por funcionários corruptos. A vítima é a pessoa física e o Estado, a coletiva.

Como bem diz Busato Filho, deve haver uma previsão, uma implementação de políticas estratégicas e programas visando a tutela vitimal, bem como o ressarcimento pelos danos sofridos, mas com o cuidado de evitar ônus desnecessários ao erário público, a exemplo de indenizações que não dizem respeito à vítima e canalizar o ressarcimento pelo Estado aquelas que não possuem qualquer outra assistência. Como restringe o art. 4º da presente proposição.

Ainda há que lembrar, como alerta o criminalista, que o Direito Penal clássico, de inspiração iluminista, gravitava em torno do delinquente, justamente para protegê-lo do poder absolutista do Estado. Mas, nos regimes democráticos o Direito Penal deve estar voltado à proteção de todos os protagonistas do drama criminal, resgatando a vítima, que sempre ficou relegada a 2º plano, mesmo porque o Estado, ao assumir o monopólio do magistério punitivo, expropriava o conflito da vítima com o delinquente. Já que não permitia e não permite a ela fazer justiça pelas próprias mãos.

É notória a constatação, no Brasil, de que muitas vítimas se encontram em estado de abandono, humilhadas, marginalizadas, absorvendo pesadas repercussões emocionais pelo resto de suas vidas. E como num círculo vicioso, essas circunstâncias, muitas vezes, impelem ao cometimento de outro delito, por desejo de vingança, sobretudo quando vítima é alvo de ação violenta e traumatizante.

A reparação do dano, embora prevista em nossa legislação penal, a exemplo da concessão do livramento condicional estar condicionada a reparação (art. 83, IV do Código Penal - CP -), bem como dos efeitos da condenação (art. 91, I do CP) obrigar a indenização do dano causado pelo crime, raramente, concretizado, na prática, até porque muitos juízes deferem o benefício ao criminoso, sem a observância dos requisitos.

Assim, as vítimas ficam apenas com a opção da esperança de um dia receber, após longa batalha judicial, isto quando recorrem à Justiça pela indenização decorrente do crime. O quadro torna-se mais socialmente injusto, quando vítimas se defrontam com o estado de suprema necessidade, visto terem ficado com seqüelas que dificultam sua locomoção e conseqüentemente desempenho no trabalho, sem contar com aquelas que perderam todo seu movimento. Daí a perda se estende ao emprego, a amigos, e a própria vontade de continuar a viver.

Por isso, é preciso garantir suporte econômico-financeiro às vítimas, aqui também incluídas as testemunhas de atos criminosos. Estas, conseqüentemente, sofrem ameaças, quando não constituem em novas vítimas da violência. A partir do momento em que o Estado não dá a proteção que o cidadão merece e tem direito, o medo torna-se o maior aliado do criminoso para a garantia de sua impunidade e conseqüentemente aumento da criminalidade.

A Constituição Federal ao inscrever no Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, o direito à vida, à igualdade e à segurança, deu-os lugar de destaque, na abertura do mais longo artigo da Carta, o art. 5º. O que vem demonstrar a preocupação do legislador para com esses direitos fundamentais. Assim, não há óbice constitucional a que o ente político, o Estado ou Município, possa criar a nível legal um Programa de Proteção às vítimas, que tenha entre as finalidades a garantia eficaz, pelo Poder Público, da segurança da população, de modo que a verdade dos fatos não seja adulterada pelos temores naturais que o ser humano possa sofrer com ameaças e concretizações à sua integridade física, moral e emocional.

Enfim, o fato de inexistir legislação federal sobre a matéria não impede que os

Estados assumam determinadas propostas de garantia à proteção, auxílio e assistência às vítimas de crimes violentos, como a apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Augustinho Zucchi, que fará apresentação de um Requerimento já aprovado nesta Casa de sua autoria.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de agradecer e registrar aqui, a presença, nesta Casa, da Coordenação do Grito da Terra Brasil, coordenado pela FATAFP, CUT, ICRAB, MST e CPT. Os companheiros que aqui estão, nos solicitaram através da Comissão de Agricultura, que fizéssemos aqui um pedido aos Senhores Deputados para a abertura de um espaço, para que pudessem essas lideranças colocar a pauta do Grito da Terra Brasil, cujo lema é pela valorização da agricultura familiar, pela Reforma Agrária e emprego.

Então, eu gostaria, Senhor Presidente, com a sua permissão e sabendo das dificuldades por que passam os trabalhadores da nossa agricultura. Sabendo da situação econômica por que passa o País. Nós entendemos que essas entidades que representam o Grito da Terra Brasil, nesse momento, incorporam os verdadeiros anseios dos trabalhadores, principalmente, do campo, mas que têm uma extensão maior ainda, que traz o seu bojo a luta por aqueles que estão passando por imensas dificuldades, na atual realidade política, econômica do nosso País, principalmente, Deputado Colombo, por nós termos hoje uma economia globalizada, que está levando centenas de milhares de trabalhadores a deixarem a sua atividade e a permanecerem numa situação extraordinariamente difícil. E já atendendo a solicitação desse movimento, que se sucede há alguns anos, que mesmo com todas as dificuldades continua perseverante na busca de alternativas, que possam melhorar àqueles que passam por inúmeras dificuldades.

Nós, agradecendo a deferência do Presidente Anibal Khury, representado pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, que hoje preside esta Sessão, que é o nosso 1º Vice Presidente e que democraticamente nos concede esse direito de ouvir aqui, nesta Casa de Leis, os anseios dos trabalhadores do Paraná através do Grito da Terra Brasil. Conforme Requerimento apresentado e por deferência de V.Exa., nós passaríamos a palavra a dois companheiros, que farão em breve a explanação das suas propostas e da plataforma estabelecida neste momento, que seria o Marcos Rochinsk e Pedro Lemos dos Santos.

Gostaria que tivessem o acesso à Tribuna, Senhor Presidente, para expor aos Senhores Deputados o movimento, a sua plataforma, os seus anseios e as suas reivindicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra aos ilustres nominados pelo Deputado Augustinho Zucchi, é com satisfação, que o Deputado Peni Borsatto associado à Mesa Executiva anuncia em nosso meio o Senhor Chefe do Núcleo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, José Geraldo, de Jacarezinho, bem como de Carlos Renato Borguignon do PFL, de Castro, anúncio este feito pelo Deputado Plauto Miró Guimarães.

Concedo a palavra, pela Ordem, ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria anunciar a presença hoje, nesta Casa, dos agricultores do Município de Farol, o Senhor Antônio B., Augusto Azevedo, José O. da Silva, Pedro P. e também a presença do Chefe da Secretaria da Agricultura de Campo Mourão Otílio Franchesck, assim como o Chefe da CIRETRAN de Campo Mourão, nosso candidato a Prefeito do Farol o Gentil Costa e o meu irmão, Wilson Tureck, candidato a Prefeito de Luisiania que se encontra aqui, e também é diretor do colégio Adalto da Silva Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e associado pela Mesa Executiva ilustres presenças que nos honram aqui na Casa.

Concedo a palavra em nome do Grito da Terra Brasil ao companheiro Marcos.

O SR. MARCOS - Senhor Presidente, nobres Deputados presentes a esta sessão.

Inicialmente gostaria de apresentar a todos um pouco do processo histórico pelo qual os agricultores familiares, os trabalhadores rurais sem-terra, assalariados rurais, tem passado no processo de mobilização aqui, a nível de Estado e a nível nacional.

Como já foi citado o Grito da Terra não está acontecendo somente este ano, é um processo permanente de mobilização pelo qual passam todos os trabalhadores rurais. E vem há vários anos acontecendo a nível de Estado e a nível nacional, no sentido de reivindicar aos órgãos competentes as necessidades porque passam todos os nossos trabalhadores rurais.

Este ano, este movimento tem a nível nacional a coordenação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, através da CUT, CONTAG, aqui no Estado, com a participação da Central Única dos Trabalhadores,

Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a Comissão Nacional da Terra, a Comissão dos atingidos pelas Barragens e o Movimento Sem-Terra.

Nós, no decorrer da próxima semana estaremos apresentando a todos os nossos nobres Deputados a nossa Pauta de reivindicação, vamos passar de Gabinete por Gabinete, no sentido de colher apoio desses Deputados, para que intervenham, tanto junto ao Governo Estadual, no sentido de buscarmos soluções para os nossos problemas dentro do Estado, quanto a nível Federal - porque nós estamos trabalhando uma Pauta a nível nacional.

Gostaria de passar já, antecipando aos Deputados que estejam participando ativamente do nosso processo de mobilização, que vai se dar na última semana do mês de maio, do dia 28 a 31 de maio, aonde nós vamos estar mobilizando agricultores de todas as regiões do Estado, vindo até a capital mais de 1500 pessoas, reivindicando as nossas necessidades para melhoria no setor rural e principalmente no que diz respeito aos trabalhadores rurais sem-terra, aos agricultores familiares e aos assalariados rurais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Pedro.

O SR. PEDRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, dirigentes sindicais aqui presentes.

Como o tempo é curto, gostaria de fazer um relato dos pontos que compõem a Pauta. Como foi dito aqui, esse movimento a nível nacional está acontecendo durante o mês de maio em todo o País, em todas as capitais do nosso País - está acontecendo o 3º Grito da Terra Brasil.

E o Paraná, um Estado essencialmente agrícola, não poderia ficar de fora, o nosso Estado se encontra numa situação bastante difícil, principalmente os pequenos agricultores que têm dificuldade de ter acesso ao crédito, qualquer tipo de crédito que seja ele a nível de Estado ou seja ele a nível nacional.

Tivemos o PRONAF, do qual o Estado do Paraná foi um dos Estados que mais aplicou, mas ainda é insuficiente o recurso aplicado pelo número de agricultores que nós temos no nosso Estado, precisamos reverter esse quadro. E para isso, nós estamos propondo que os Programas do Estado - que a Pauta a nível Estadual - que os Programas do Estado sejam prioritariamente atendidos os agricultores familiares. Como o Grito da Terra, o terceiro Grito da Terra, vem mobilizando em todo o País, pela questão da agricultura familiar, o nosso Estado por ser um Estado de agricul-

tores familiares, na sua maioria, conforme diz a Lei agrícola Estadual, que seja priorizado o público exclusivamente agricultores familiares, que todos os programas da Secretaria da Agricultura sejam voltados para os agricultores familiares, e esses agricultores familiares estão distribuídos em três itens: agricultores familiares consolidados, agricultores familiares em transição, agricultores familiares periféricos.

Então esses três níveis de agricultores que nós temos no Estado e que precisam ser atendidos.

Quanto a participação, nós gostaríamos que de fato saia do papel e vá para a prática a participação das entidades tanto nos Conselhos a nível Estadual e nos Municípios, a maioria dos Conselhos relacionadas aos municípios, ela está mais no papel e não está sendo de fato representada pela representação dos trabalhadores.

Também nós propomos que seja criado um fundo estadual de apoio a agricultura familiar, está posto no documento, esse documento vai ser entregue a todos os Senhores Deputados, dos valores a que se destina esse fundo.

Nós entendemos que o Estado tem atendido vários setores da economia estadual e a agricultura tem merecido pouco apoio nesse sentido.

Então a gente propõe a criação estadual de apoio a agricultura familiar. E quarto ponto é o programa estadual de geração de emprego e renda no campo, que também seja priorizado os agricultores familiares, tanto nos recursos quanto na capacitação desses produtores rurais.

E a forma que está sendo feito os cursos de capacitação, não tem resolvido os problemas que mais agrava os produtores rurais.

Uma outra questão é o programa de calcário também, nós temos o programa aí, uma Lei, encaminhada pelo Augustinho Zucchi, mas ela não está sendo efetivada de fato.

A Lei existe, mas esse calcário não está chegando aos agricultores. É um elemento fundamental para o aumento da produção dos pequenos produtores, é esses produtores terem acesso a esse programa de calcário.

Aí também a gente tem aqui essa questão mais ampla para ser atendida de fato todos esses produtores rurais do nosso Estado, principalmente aqueles já encaminhados no Estado que ainda não foram atendidos.

Uma outra questão importante que a gente julga, é com relação à assistência técnica. Nós precisamos que de fato a assistência técnica saia do papel e vá de fato para a propriedade dos agricultores. E aí a gente propõe mudanças de vários

itens do qual a gente não vai relatar em virtude do tempo, mas que de fato a assistência técnica seja feita de uma metodologia que atinja de fato os agricultores familiares. Nós temos como já foi dito de fato os agricultores familiares, que nunca foram atendidos pelo serviço de assistência técnica, pela forma, pelo jeito que é feito a assistência técnica, no nosso Estado.

Outra questão é com relação a Agroindústrias. Nós temos a iniciativa no Sudoeste do Estado, no Oeste do Estado, em várias regiões do Estado, iniciativas de grupos, de associações que visa transformar a produção desses produtores. E nós encontramos dificuldades na questão da legislação. Então, nós vimos também reivindicar que seja amenizada essa questão da Legislação, seja feito estudo, para que de fato a iniciativa dos pequenos produtores seja atendida.

Outra questão é com relação ao seguro agrícola, também que seja estudado, seja trazido de volta a pauta da discussão, com relação ao seguro agrícola do nosso Estado.

Outra questão é com relação a educação rural. Está sendo criado em todos os Estados, escolas familiares rurais. Na maioria delas, as pessoas que as dirigem não são pessoas ligadas aos agricultores familiares. Então a gente espera que seja entendido as escolas familiares rurais a todas as regiões, mas de forma voltada de fato aos agricultores familiares.

Outra questão também que vem prejudicando todo o nosso Estado é com relação a Suinocultura. Sabemos que a suinocultura é um ponto importante da economia do nosso Estado. E os pequenos produtores que produzem em regime de economia familiar que é a maioria dos suinocultores, vem encontrando dificuldades das mais diversas na área da suinocultura. O Estado tem repassado recursos para agroindústria. Precisamos ter esses recursos para serem repassados aos agricultores familiares.

Nós esperamos também que sejam atendidas as reivindicações. Dar atenção principalmente o que está acontecendo hoje na Parragem de Salto Caxias no Rio Iguaçu. Que sejam atendidas também a questão do movimento sem-terra, dos trabalhadores sem-terra no nosso Estado, não é preciso fazer menção aqui dos problemas que estão acontecendo aqui, que seja dado uma atenção especial.

A outra questão é com relação a previdência social, nós sabemos que o problema é a nível nacional, mas pode bem esta Casa nos auxiliar e, também somar forças para que, de fato centenas e milhares de trabalhadores e, na maioria delas trabalhadores bôias-frias tenham acesso a questão da as-

sistência social.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estaremos entregando aos Senhores esta nossa pauta, e também estaremos do dia 27 a 31 em mobilizações aqui em nosso Estado, em todas as Secretarias, em todos os órgãos do Governo, discutindo e esperamos o apoio de todos os Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Casa agradece as manifestações e os esclarecimentos prestados pelo Movimento da Coordenação o Grito da terra Brasil!

Também agradece a FETAEP, a CUT, a MST, a CRAB, ao Deputado Augustinho Zucchi que, nos proporcionou a todos os Senhores Deputados e, posteriormente através do documento a ser enviado a cada gabinete dos Senhores Parlamentares, haveremos de ter um melhor posicionamento em termos desta coordenação do Grito Terra Brasil.

Concedo pela ordem ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Gostaria de agradecer esta oportunidade, e solicitar aos Senhores Deputados e dizer que nós vamos nos próximos dias convocar uma reunião da Comissão de Agricultura, do Bloco Agropecuário para discutir junto com a coordenação o encaminhamento em relação a estas propostas aqui colocadas.

Gostaríamos então de agradecer a presença da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, do Sindicato, da Coordenação do Movimento Sem-terra, do pessoal que coordena as barragens, enfim todos que compareceram aqui. Acho importante aquilo que foi colocado pelo Pedro, pelo Marcos, no sentido que nós tenhamos a noção de quais são os problemas que passam principalmente a agricultura familiar no nosso Estado.

Nós sabemos que são mais de 300 mil agricultores no nosso Paraná e, se não tiverem o apoio decisivo dos órgãos governamentais, com certeza nós teremos cada vez mais sem-terras no nosso Brasil e no Estado do Paraná.

Então o nosso muito obrigado e, agradecer o Presidente por esta oportunidade, o espaço democraticamente aberto aqui para colocação destas propostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É uma enorme satisfação que temos a honra de receber na Assembléia, importantes lideranças da pequena produção da

agricultura paranaense, da FETAEP, Departamento Rural da CUT, o MST, Dirigentes de Sindicatos Rurais.

Uma das faces mais cruéis que a gente pode quase que tocar em neoliberalismo é, sem dúvida nenhuma, a pequena agricultura, a situação que ela passa, principalmente nos Estados do Sul e no nosso Estado, onde vivem mais de 400 mil famílias de pequenos produtores lutando com extrema dificuldade para a sobrevivência.

No último ano, enquanto Fernando Henrique diz que assentou 40 mil famílias, quando assentou menos, 150 mil famílias saíram do campo.

Isto deixa claro que não existe reforma agrária, sem que haja uma política agrícola ao pequeno produtor.

E, acho que nós temos a obrigação de cobrar desse Governo, quem além das grandes obras que além das grandes obras, dos grandes empreendimentos e da duplicação das rodovias ele mostra que tem um compromisso com o social e invista recursos na pequena propriedade, na pequena produção agrícola. Um dos únicos programas que existia, o Panela Cheia - com todos os seus problemas, no primeiro dia de Governo ele deixou de existir e a justificativa do Governo é que devido à alta de juros é impossível aplicar, a juros subsidiados na agricultura. Enquanto isso se faz o maior estardalhaço quando se traz, é verdade, a Renault, que todos concordamos ser importante do ponto de vista estratégico, da inserção competitiva do Estado a nível global. Dinheiro do Paraná, vai ser investido cerca de 400 milhões e nada se investe na pequena produção.

Acho que nós, Deputados, independente do Governo Executivo podemos - se tivermos vontade política - apresentar uma emenda à Constituição do nosso estado instituindo um Fundo de Desenvolvimento à Pequena Produção na Agricultura. Da mesma forma estamos agora lutando para regulamentar e no passado, a Constituição Paranaense, estabelece o art. 205 que obriga o Estado a investir 2% dos recursos orçamentários no desenvolvimento da pesquisa básica da ciência e tecnologia. Nós Deputados, podemos ter iniciativa de lei de apresentar uma emenda constitucional vinculando um percentual do orçamento do Estado do Paraná que seja investido na pequena produção. Não só em assistência técnica, comercialização, incentivo às cooperativas, calcário e todos os demais programas que tão bem as lideranças rurais conhecem.

Portanto nossa saudação e nosso carinho a todos vocês que abrilhantam, esta tarde, com sua presença.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que me traz também a esta tribuna, é que estamos apresentando um Projeto muito simples,

mas que, sem dúvida, ajuda a instituir direitos de cidadania. Trata-se da Carteira de Identidade. Todos nós que já passamos por uma Câmara Municipal e passamos por campanha política, sabemos a dose de clientelismo que existe nas relações políticas e o desespero da população mais pobre que nem documento para provar que existe, sequer, ele tem. E enche os gabinetes e os escritórios eleitorais pedindo fotografias e pedindo dinheiro para pagar a taxa de identidade.

Nós achamos que este mínimo direito de cidadania, um Estado rico como o Paraná, deve instituir e não deve mais ser cobrada a taxa de carteira de identidade. Então apresentamos um Projeto simples que autoriza o Governador a isentar da cobrança de taxa de identidade aquelas pessoas que têm uma renda familiar de até 3 salários mínimos. Este Projeto vai à discussão nas Comissões e queremos que seja aprimorado pelos demais parlamentares.

E vem no momento, tal Projeto, em que o próprio Governo Federal, depois das grandes chacinas que aconteceram no Brasil - particularmente a última, lança um plano de direitos humanos. Planos como este já existiram muitos e a história brasileira, a nossa experiência mostra que muitas vezes não saem do papel. Mas uma das diretrizes desse plano onde está explícito o fortalecimento da cidadania tem: instituir a concessão gratuita de certidões de nascimento e de óbito. Isso já é um dispositivo constitucional. Está escrito no art. 5º da Constituição Federal. Que é um direito do cidadão a certidão de nascimento e de óbito gratuitos conforme a Lei. Acontece que conforme a Lei precisa ser regulamentada e até hoje não foi regulamentada. Eu conversava com o Deputado Tavares, mas nós não temos como Deputados Estaduais, poder para regulamentar esse tipo de legislação. Mas é uma vergonha que os cartórios não cumpram essa legislação. Sei, nós temos o nosso escritório em Ponta Grossa, as pessoas precisam de certidão de óbito, de nascimento e têm que pagar, de alguma forma; por mais pressão que a gente faça aos cartórios, tem que pagar.

Então esta regulamentação é de extrema importância e o projeto que estamos apresentando vem na mesma linha de instituir os direitos básicos, fundamentais do cidadão, num país, num estado com tanta pobreza, tanta miséria cada vez maior em função do aprofundamento desse mundo neoliberal que exclui milhões de pessoas em todo o nosso país.

Portanto, esperamos que os Deputados aprimorem esse Projeto mas aprove, por unanimidade, para instituir esse mínimo direito de cidadania. Para concluir, estamos encaminhando requerimento ao DETRAN-

-PR, foi entregue em nosso gabinete uma cópia: Documentos para credenciamento de despachantes. Neste papel tem um elenco de documentos necessários para que as pessoas que querem se inscrever como despachantes e lá no final, no pé da página, está escrito: consenso político, Deputado Estadual, Deputado Federal e carta do diretório.

Nunca vi uma coisa deste tipo. Não é possível, nós estamos no limiar do século XXI, que a pessoa para ser despachante tem que ter um nível de competência, seja alçada a este posto, apesar dos artifícios, das regras legais, que ela precise para isto do chamado consenso político, inclusive o Diretório, deve ser diretório do Partido, que detém a hegemonia no Estado ou no município, indicando este cidadão. Isto é uma coisa completamente absurda e nós na nossa condição temos obrigação, direito de pedir à Direção do DETRAN do que significa isto. Se é realmente verdade que acontece isto, o que isto significa? Nós não podemos aceitar que este tipo de coisa, no final do século XX continue a acontecer num Estado que se diz tão desenvolvido como o Paraná. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para fazer o registro da presença hoje da Marlize da Cruz, ex-Vereadora por três mandatos em Cascavel e que foi empossada hoje às 10 horas da manhã no Palácio do Governo como uma das membras do Conselho Estadual das Leis Orgânicas da Assistência Social do Paraná. Foram quinze membros nomeadas pelo Governo e quinze membros nomeados pela sociedade civil, eleitos pela sociedade civil.

Quero registrar a presença também da Andreлина Pedrosa Batista, de Aldemir do Nascimento e da ex-Vereadora, por dois mandatos também, Egídia Kovati, e registrar que o oeste do Paraná esteve hoje de manhã no Palácio Iguaçu fazendo e marcando presença maciça e se colocando ao lado do Governo estadual neste grande projeto de assistência social que está sendo implantado no Estado do Paraná.

O meu registro, os meus agradecimentos pela presença e dizer que além de estarmos atentos ao lado do Governador do Estado do Paraná para transformar este grande projeto numa grande obra para a sociedade do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Sr. Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, companheiros, pequenos agricultores rurais do Estado do Paraná.

Em 1986, 1987, se não me falha a memória o Sr. Arturo Andreolli, diretor de engenharia da Eletrosul, o Sr. Vilmar Beralhol, Presidente da Eletrosul e o Sr. Nereu Guidi, diretor de administração da Eletrosul foram afastados de seus cargos por irregularidades administrativas e sob a acusação, naquela ocasião, de corrupção na Eletrosul. Agora, a boca pequena, no corredores da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, fala-se no afastamento do Sr. Ingo, atual Presidente e que o Sr. Arturo Andreolli assumiria o cargo na COPEL.

Preocupado com isto a Associação dos Profissionais da Eletrosul enviaram uma correspondência ao Exmo. Sr. Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador Geral da República, que gostaria de dar conhecimento aos Srs. Deputados:

APROSUL

Associação de Profissionais da Eletrosul.

Florianópolis, 13 de maio de 1.996.
CE-012/96

Exmo. Sr.

Dr. Geraldo Brindeiro

M.D. Procurador Geral da República
Brasília - DF

Senhor Procurador,

É nosso dever de dirigentes desta Associação e acima de tudo como cidadãos, alertar para os fatos que estão para acontecer na Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

É notícia entre os empregados da COPEL que o julgamento final de Arturo Andreoli ex-diretor da ELETROSUL e atualmente assessor de Diretoria da COPEL, poderia innocentá-lo de um processo judicial ainda em tramitação, se isto ocorrer este seria indicado para diretor ou até presidente da COPEL.

Não nos cabe julgar os fatos e indícios que pesam contra Arturo Andreoli; nesta questão relacionadas à utilização de recursos humanos e materiais em sua fazenda particular próxima às obras da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, desvio de recursos da Eletrosul para favorecimento de campanha política, etc.

No entanto lembramos que este Senhor ficou particularmente marcado na sua passagem pela Eletrosul, por uma de suas "Máximas" onde chocou, em palestra pública, para uma platéia de cerca de 150 técnicos da Empresa, com a afirmação de que fraudou e manipulou números conforme sua conveniência, para concluir a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, e justificou, na oportunidade, a infeliz opção pela construção da usina de Ilha Grande, que culminou para a Nação um prejuízo que ultrapassara a ca-

sa dos 230 milhões de dólares.

APROSUL - Associação de Profissionais da Eletrosul, alerta e denuncia estes fatos porque, antes de defender os empregados da Eletrosul, entende que os interesses maiores são os do País, em síntese - do dinheiro que todo brasileiro paga para permitir que as empresas públicas realizem o seu trabalho, e atinjam o objetivo para o qual foram fundadas, não quer de maneira nenhuma que estes fatos se repitam em qualquer empresa, e muito menos no Setor Elétrico, que esta Associação vem há anos lutando por administrações honestas, democráticas e transparentes.

Certos de suas providências para que tais fatos não aconteçam, despedindo-nos, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

(aa) DIRETORIA EXECUTIVA

ALDO P. FERRARI

JARBAS F. DA LUZ

LARRY ROMAZINI VAZ

JOSÉ CARLOS DE MEDEIROS

DAVIDE DEBIASI

JORGE FELIPE CARMINARI GREIN

CC: Governador do Estado do Paraná e líderes dos Partidos na Assembléia Legislativa do Paraná.

Um parêntese: Fala-se que ele será inocentado e que os condenados seriam o Sr. Celso da Silva Tibes e Luiz Fernando A. Mercado, ou seja, sobraria para os de baixo, para os magrinhos e os de cima estariam inocentados.

Estamos usando este Pequeno Expediente para alertar o Governo do Estado que se ele não sabe do passado deste Sr., que é público e com ação judiciária tramitando, se caso os anseios vierem a ser concretizados de ter ascensão à direção da COPEL, empresa até hoje administrada honestamente, até hoje não tem passado de irregularidades pelo menos públicas, que cuide-se para que isso não venha a ocorrer num futuro bem próximo.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º

Secretário procederá a leitura de Ofício dirigido a esta Casa pelo Sr. Governador Jaime Lerner em cujo Ofício solicita licença para viajar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

- Mensagem 044/96.

(Conforme Leitura em Anexo)

MENSAGEM Nº 044/96

Curitiba, 14 de maio de 1996.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no

art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 20 e 31 de maio corrente, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington e Nova Iorque, tratar de assuntos de interesse do Estado, entre os quais firmar contrato de financiamento junto ao BID, participar de reuniões preparatórias do Habitat II, e, ainda, a Paris, França, integrando Comitê da Presidência da República; também, autorização para afastar-me do País, entre os dias 9 e 20 de junho próximo, com destino a Istambul, Turquia, para proferir palestra e presidir reunião da Comissão da América Latina e Caribe, durante a realização do Habitat II e, neste período, receber, em Nova Iorque, prêmio de urbanismo, conferido pela Fundação Rene Dubos.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) LAIME LERNER

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado ANIPAL KHURY

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
- Termina de ler o Ofício nº 044/96.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O pedido de licença será votado na Sessão Extraordinária.

Convidamos agora o ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados, pequenos agricultores que participam hoje dessa solenidade, dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Em nome dos pequenos agricultores, Senhor Presidente Anibal Khury, eu faria aí a solidariedade aos demais, que é o Senhor José Oliveira da Silva, o Pedro Purdo (?), o Antonio Gulin e o Augusto Azevedo.

Esse Deputado entrou com um requerimento nesta Casa de Leis, pelo qual nós fazemos um agradecimento aos demais Parlamentares quando apoiaram este requerimento que foi dirigido ao Presidente da República, ao Ministro do Planejamento José Serra, também ao Ministro da Agricultura, José de Andrade Vieira, aonde nós acompanhamos em uma reunião, e nós trouxemos esse testemunho a esta Casa, quando nós participamos com os pequenos agricultores lá

no Município de Farol e lá no Município de Rancho Alegre. No Município de Farol, aproximadamente no Distrito lá da Água da Partura, aonde nós reunimos com aqueles pequenos heróis agricultores que tiveram a sua safra frustrada do plantio do algodão. E aproveitando aquele momento de tristeza daqueles agricultores com as suas famílias, que quando reivindicaram a esse Deputado, para que através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do qual prontamente foi atendido pelo Presidente Anibal Khury, e nós encaminhamos esses ofícios aos órgãos competentes.

O que mais me surpreende Senhor Presidente, é que nós recebemos um comunicado da equipe econômica da assessoria de assuntos Parlamentares do Ministro da Fazenda, aonde nos informando a respeito sobre a política da importação de algodão, aonde nós pedimos ao Governo e dizíamos naquele momento, será que o Brasil tem medo dos Estados Unidos, da Rússia, do Afeganistão. Porque o nosso algodão que é produzido com suor e que nós precisamos do trabalhador, precisamos do trabalho para geração de emprego neste Brasil, nós pedimos para que no 1º semestre não fosse importado algodão, que apenas se desse prioridade ao algodão brasileiro, por que isso? Do jeito que está nós não temos condições de competir com esses Estados. É por isso que o nosso algodão não tem preço. É por isso que o nosso agricultor está vendendo suas terras e não está plantando mais algodão, porque realmente não existe incentivo nenhum a esse trabalhador, a esse pequeno agricultor. É por esses motivos que os nossos sitiante estão acabando no interior, são cidades e mais cidades, aonde estão virando só fazendas, e o pequeno agricultor, o sitiante de um alqueire, de cinco, de dez, de quinze, de vinte, Senhor Presidente, para que o Governo tomasse as devidas providências, não importando algodão no 1º semestre, para que o algodão dos Estados Unidos, da Rússia e do Afeganistão, dando prioridade ao algodão aqui do Brasil. Por que isso? Porque o nosso algodão, quando ele sai do Brasil para fora, nós temos que pagar 15% de taxas de importação com mais 13% do ICMS, são 28%. O algodão que vem de fora para o Brasil é isento, não existe ICMS e não existe as taxas e é 50% subsidiado por aqueles governos. Como é que nós vamos competir?

Nós fizemos uma sugestão e recebemos uma resposta na qual eu vou lê-la aos Senhores Deputados e ao Senhor Presidente. Diz o seguinte: "Ao tempo que agradecemos as sugestões apresentadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através do seu Presidente Anibal Khury, aproveitando a oportunidade para esclarecer alguns pontos. Qualquer tipo de ação, quer

porventura o governo venha a adotar reativamente a modificação das alíquotas de imposto de importação, não poderão ser unilateralmente. Os parceiros comerciais do MERCOSUL, que muitas vezes são de seus interesses e não interesse do nosso agricultor, deverão ser ouvidos e somente após negociações com os mesmos, poderão ser empreendidas mudanças, não em um processo simples, nem tampouco rapidamente."

Pergunto, Senhor Presidente, nós vemos hoje, que o agricultor está a beira da falência, no caos: sem condições de plantar, sem financiamento. Como é que ele vai sobreviver?

Enquanto isso, nós vemos o Governo que deu dinheiro ao Banco Nacional, seis bilhões; o Banco Econômico, que do dia para a noite, foi liberado dinheiro. E o nosso agricultor sofrido, não tem realmente a fraternidade, o aperto do Governo estendendo a luz a ele, para que ele possa plantar, colher e vender o seu produto com dignidade. A interferência governamental no mercado restringindo a importação a determinado setor da economia, poderá ser interpretada como discriminatória, que viria beneficiar uns, em detrimento de outros.

O que o Brasil quer, é que seja respeitada a mesma lei, trato para a proteção - se tem leis para a importação e para a exportação - também precisa-se ter uma lei de política agrícola, para o nosso agricultor, para o nosso trabalhador.

Finalmente, Senhor Presidente, esclarece o assessor do Ministério do Planejamento, a forma de preservar a produção nacional do algodão. Esta Secretaria propôs, através de nota técnica conjunta com a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura a redução dos prazos de financiamentos das importações, para o máximo de trinta dias. Tal medida viria inibir as aquisições externas, cujas taxas de juro e prazo de pagamentos são muito mais atraentes que os vigentes no mercado interno, implicando na maior demanda pelo produto nacional. Só que é preciso colocar em prática muita conversação. Nós queremos coisas concretas. Nós queremos coisas que se realizem, porque nós estamos cansados em ver a nossa agricultura tão sofrida.

Nós que somos deputados do interior e que defendemos com unhas e dentes o nosso agricultor. Eu queria fazer aqui, Senhor Presidente, fazer um testemunho de quatro pequenos agricultores, de oitenta, que eu estive na reunião, se é possível no financiamento que foi feito do Panela Cheia, em 1994, nós vemos aqui um pequeno agricultor, de onze alqueires. Ele pagou a primeira parcela, 630 sacas; a segunda parcela, 625; e já está na terceira parcela, em 751 sacas de milho; e na parcela seguinte

819,894. Três mil, setecentos e nove sacas, para um pequeno agricultor pagar de cada parcela uma média de 600, 700, equivalência-mínima.

Não tem agricultor que paga, Senhor Presidente. Não existe e a prova está aí, o testemunho vivo de 4 pequenos agricultores que têm 11 alqueires de terra, que não têm condições de pagar isso aqui. E muitos diziam que o Programa era bom, é bom em parte, mais em muitas partes não tem condições porque está aí a prova é testemunha. E digo mais, outro, com a mesma área, 10 alqueires, até o Programa, Senhores Deputados, o mesmo trator, as parcelas são diferentes, nós vemos um outro aqui com o mesmo trator, com 10 alqueires pagando 4080 sacas, com parcelas diferenciadas de 976, 854.

Portanto, Senhor Presidente, para concluir, nós estamos hoje; agendando com o Secretário Hermas Brandão para que ele leve esse conhecimento e que tenha esse conhecimento, essa propriedade desses pequenos agricultores para que seja feita alguma coisa, porque não tem condições, qualquer Deputado aqui desta Casa que quer plantar 10 alqueires de milho não tem condições de pagar num financiamento, numa parcela 819 sacas de milho. Era esse o meu testemunho, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PSDB, PFL, PPB, PMDB, PTB, Liderança do Governo.

Todos declinam...

Com a palavra o PT, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero endossar mais uma vez, dizer a Bancada do PT, que costumemente tem apoiado todos os Movimentos do Grito da Terra, continuará cada vez mais firme apoiando esse Movimento da Agricultura Familiar, o Movimento dos expropriados da Agricultura, daqueles que não têm o seu instrumento de trabalho que é a terra, e daqueles que têm o instrumento de trabalho mais que não têm ainda as condições econômicas e políticas suficientemente ao alcance para viabilizar a pequena propriedade rural.

Mas o que me traz à Tribuna, é apenas noticiar aos Parlamentares a entrada de um Projeto que muda um pouco o tratamento que se tem dado, normalmente na militância dos direitos humanos.

Um Projeto que acabamos de protocolar com base em informações do Dep. Marcos, Dep. Estadual do Rio Grande do Sul, militantes dos direitos humanos naquela Assembléia, e ainda com o apoio e estudo feito pelo Doutor Arnaldo Busato Filho,

professor da Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Penal. O Doutor Arnaldo Rusato Filho que nos atendeu quando trata-se da questão da criminologia - ele que também foi integrante da Comissão Estadual de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e pós-graduado em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná.

E fizeram um excelente trabalho com o apoio de todos os elementos, com o toque da nossa Bancada, do Projeto que prevê e cria no nosso Estado, um Programa Estadual de Proteção às vítimas de violência.

O posto Projeto procura corrigir uma grave injustiça que faz com que milhares de cidadãos, sejam abandonados no momento em que mais precisam de apoio. Em muitos casos são as famílias que após a perda de um ente querido, encontram-se absolutamente desamparadas. Produz-se assim, a dupla vitimação. Primeiro com a ocorrência do delito, depois com a falta de assistência por parte do Estado.

Se aprovado esse projeto, Senhores Deputados, será a primeira Lei do gênero no Brasil, porque ainda não foi sancionada a Lei que está em tramitação também na Assembléia do Rio Grande do Sul.

Certamente os Senhores Deputados já ouviram falar que os direitos humanos não se preocupam com a vítima da violência.

Na verdade tem gente interessada em reproduzir essa idéia e precisamos na verdade, participar do processo de convencimento de que jamais nós podemos estar ao lado da violência.

Quem trabalha com direitos humanos sabe que é preciso prosseguir nessa luta, por um mundo mais de dignidade, aonde todas as pessoas sem exceção sejam respeitadas em sua humanidade.

Porque quando se trata de violação aos direitos humanos ou de um delito comum, assalto na rua, o Estado coloca a legislação dele todas as estruturas para combater aquele que procedeu o delito, atua nesse setor, para o delinquente, para o bandido, agora a vítima fica ao lado, não participa nem da investigação e nem tem o amparo do Estado sob esse aspecto é que nós estamos apresentando um Projeto regulamentando essa inserção do Estado na proteção às vítimas da violência.

Porque historicamente o direito brasileiro tem trabalhado nessa questão de ter legislação, como diz popularmente ferrando o bandido.

Nós queremos dar o voto, continuar nessa temática, mas e a vítima onde se coloca, vão colocar a vítima numa situação de amparo por parte do Estado.

Agora, esse amparo não pode ser como uma grande mãe que todo mundo entra, isso está bem disciplinado no projeto. O apoio

pedagógico se a vítima for criança, o apoio psicológico se tiver trauma, o apoio financeiro, se a vítima por decorrência do delito ou da situação em que foi vitimada e ela se encontrando numa situação de extrema carência, vai ter esse apoio tendo como provar, porque não pode ser uma porta, um guarda chuva que protege a todos sem o mínimo de racionalidade, o mínimo de critério, porque nós devemos assumir que o Estado é limitado, o Estado quando falo aqui é lato senso.

Então com essa vertente de discussão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esperamos abrir nessa Assembléia uma grande discussão em cima, de que essa Assembléia efetivamente está preocupada com os direitos humanos, como também sobretudo as vítimas dos delitos da violação dos seus direitos.

Por outro lado, ainda apenas para clarear uma dúvida que existia, eu e o Deputado Eduardo Trevisan, apresentamos por diferença de horas, um projeto que tem em tese, o mesmo conteúdo que trata-se de um processo de educação, na verdade, seria o projeto eu diria até, de que os carros tráfegariam durante o dia com as luzes acesas.

Então nós de comum acordo, nós aglutinamos os dois projetos e apresentamos um só. Esse Projeto, Senhores Deputados não tem intuito de impor à sociedade paranaense essa regra, mas acima de tudo, levantar uma discussão e começar um processo de educação no trânsito por esse ângulo também da visibilidade do contraste visual dos nossos automóveis circulando pelo Estado do Paraná.

Sobre esse aspecto a Lei acrescenta um largo período em que deverá ser feito todo um processo de educação para o trânsito e entre as atitudes defensivas, entre os elementos entre os elementos de defesa, associado ao cinto de segurança nós temos esta proposta dos faróis acesos durante o dia que, reduzirá em até 40% os atropelamentos de pedestres e também choques frontais de automóveis. Nós temos dados e um relatório completo que será anexado a este Projeto, mas eu não poderia deixar também de dar crédito a quem já pensou neste Projeto. Eu tenho uma carta do município de Céu Azul de 25 de agosto de 1995, e quero aqui me amparar ao deputado Sames que, naquela ocasião apresentou uma moção de solidariedade ao Prefeito que faleceu naquela ocasião e o Pastor escreve dizendo: (Lê conforme documento anexo).

PARÓQUIA EVANGÉLICA DE CÉU AZUL

Céu Azul, 25 de agosto de 1995.

Mais uma vez estamos tristes mais uma família não foi poupada da tristeza pelo trágico acidente ocorrido na BR 277.

Quantas pessoas ainda terão de padecer?

Sugerimos o uso dos faróis acesos na BR 277 também durante o dia, pois funciona como uma permanente advertência sobre os constantes riscos de dirigir na BR 277.

Isso induz o motorista a uma mudança de comportamento e advertência.

Queremos estradas para a vida e não para a morte!

Sugerimos Luzes Salva-Vidas:

(a) P. ROBERTO L. SCHULZ

E aí vem todo o relatório. Queremos apenas dar este crédito começando por esta carta, dizer que esse ex-Prefeito foi morto num acidente frontal. E, quem sabe de luz acesa este acidente seria evitado. Esta proposta de luz acesa o dia é uma proposta vinda para o Brasil pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Associado a isto, temos a Petrobrás que alertou dentro do programa de redução de acidentes que todos os carros pesados da Petrobrás andassem com os faróis acesos. No Estado do Paraná a COPEL tem esta orientação de que os motoristas dos carros da COPEL andem com os faróis acesos. A Polícia Rodoviária Federal tem continuamente recomendado aos transportadores de combustíveis que também trafeguem com os faróis acesos. Já existe uma adesão consolidada por técnicos, como por exemplo, o Dr. Luiz Roberto Klauser (cio), ex-diretor da Revista Quatro Rodas e atual diretor da Revista Para-Brisa lá da Argentina. Como nós temos também uma proposta semelhante do Vereador Paulo Salamuni aqui de Curitiba com relação a isto, e o Deputado Estadual Onix Onizone (cio) do Rio Grande do Sul e, ainda o endosso do Secretário de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, José Fernando Achenberger em que fala desta questão das luzes acesas. Associado a isto nós temos um dado que vem do Ministério dos Transportes em que o Sr. José Roberto de Souza afirma que "seguramente o uso dos faróis acesos durante o dia diminuiria o número de atropelamentos em até 50%", segundo José Roberto que é técnico do DNER da Situação de Segurança do Trânsito. Hoje em dia qualquer pessoa que trafega com farol baixo ligado durante o dia perceberá que o automóvel está sendo visto e chamando a atenção de todos. Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa uma Mensagem que recebemos do Senado da República, e que diz o seguinte: (Lê o documento anexo).

REQUIÃO E SIMON
QUEBRAM SIGILO BANCÁRIO

O Senado aprovou, no plenário, substitutivo do Senador Requião ampliando a quebra do sigilo bancário proposta por Simon.

O projeto do Senador Requião quebra o sigilo bancário nos três poderes. No Judiciário, do oficial de justiça aos Ministros dos Tribunais Superiores. No Executivo, do fiscal de feira ao Presidente da República. No Legislativo, do Vereador aos Senadores da República.

A votação do Senado foi, para o Senador Requião, um marco na história de moralização dos costumes políticos no Brasil. Requião atribui a vitória a firme parceria com o Senador gaúcho Pedro Simon, Ganha o Brasil!

Senador Roberto Requião

fone. (061) 311-2403

fax: (061) 323-4198

COMPROMISSO CUMPRIDO"

Era só, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Findo o Horário das Lideranças

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 044/96, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para afastar-se do País, entre os dias 20 e 31 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos a fim de tratar assuntos de interesse do Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada de votação do requerimento de sua autoria por 02 (duas) sessões. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera a redação do artigo 2º, da Lei n° 9.141 de 07 de dezembro de 1989. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, José Tavares, Antonio Belinati, Emerson Nerone, José Maria Ferreira e Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DE PLENÁRIO DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 475/95

Art. 1º - O artigo 2º da Lei n° 9.141 de 07 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata o artigo 1º desta lei terá destinação em favor do interesse geral voltado ao turismo e ao lazer".

Parágrafo Único - Os imóveis citados nos artigos 4º e 5º, desta lei, continuam gravados com a cláusula de inalienabilidade".

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(aa) ORLANDO PESSUTI
JOSÉ TAVARES
ANTONIO BELINATI
EMERSON NERONE
JOSÉ MARIA FERREIRA
ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente Emenda promover os ajustes necessários à redação da Lei n° 9.141 de 07 de dezembro de 1989.

O projeto volta à CCJ por ter emenda.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 011/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede em Paraíso do Norte, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 030/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Roberto Werner Rocha, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 044/96, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana e Evangelização Padre Ladislau Maibuk - APHELM, com sede e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 046/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores e Amigos da Villa Formosa, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 080/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Recanto da Criança Feliz em São João do Ivaí - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 282/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 046/95, que altera os dispositivos que especifica, das Leis n°s 8.933, de 26/01/89, 8.925, de 28/12/88 e 9.927, também de 28/12/88, que tratam, respectivamente, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços - ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão Causa Mortis, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. e SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.. (Publ. no D.A. n° 88/95, de 02.08.95, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 282/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis de n°s 8.933 e 8.927, que tratam respectivamente do ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão "Causa Mortis".

Tal propositura justifica-se face à necessidade de adoção de novos procedimentos concernentes à atualização monetária de juros de mora de créditos tributários dos referidos impostos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar, conclui nada haver que possa obstar a normal tramitação do projeto por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação,

na forma do substitutivo em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI N° 282/95

Art. 1° - O art 4° da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 49 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1° - O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento)

§ 2° - Em nenhuma hipótese os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa estabelecida no art. 161, § 1°, da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3° - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4° - No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5° - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador adotar-se-á:

a) o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil.

b) o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 6° - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput" deste artigo

Art. 2° - Aplicam-se aos demais tributos estaduais os coeficientes e critérios de cobrança de juros de mora previstos na Lei 8933/89, de 26 de janeiro de 1989

Art. 3° - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Internacional e de Comunicação - ICMS, lançados até 15 de dezembro de 1995, ajuizados ou não, poderão ser regularizados, mediante pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais.

I - em uma única parcela, até 29 de março de 1996, com a redução de 90% do va-

lor da multa.

II - parcelado conforme segue, desde que a primeira parcela seja paga até 29 de março de 1996 e as demais, até o último dia útil dos meses subsequentes:

a) em quatro parcelas mensais, com a redução de 70% do valor da multa;

b) em seis parcelas mensais, com a redução de 60% do valor da multa;

c) em oito parcelas mensais, com a redução de 50% do valor da multa;

d) em dez parcelas mensais, com a redução de 40% do valor da multa;

e) em doze parcelas mensais, com redução de 30% do valor da multa;

f) em quatorze parcelas mensais, com redução de 20% do valor da multa;

g) em quinze a vinte parcelas, sem redução com o benefício do § 4°.

§ 1° - Aos créditos tributários regularizados na forma deste artigo não se aplica o disposto no parágrafo Único do art. 51 da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

§ 2° - Para fins do disposto no inciso II

a) o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 125 UFIR.

b) o não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo, apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo as quantias não pagas automaticamente inscritas em Dívida Ativa para cobrança judicial, sujeitando-se aos juros de mora de que trata o art. 1° desta lei.

§ 3° - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança executiva, o sujeito passivo deverá comprovar, previamente a quitação dos honorários e dos encargos e despesas processuais, proporcionalmente ao valor do débito reduzido.

§ 4° - Aos créditos tributários parcelado na forma do inciso II deste artigo e aos já parcelados até a data da publicação desta lei, não se aplica o disposto no art. 49 da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, alterado pelo art. 1° desta lei, aplicando-se-lhes juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§ 5° - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de créditos tributários já extintos.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1° de fevereiro de 1996 em relação ao art. 1° e 2°, e data da publicação em relação ao art. 3°, ficando revogadas as disposições e, contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.95

(aa) ALGACI TÚLIO

WALDIR ROSSONI
CESAR SELEME
NELSON JUSTUS
ÉLIO FUSCH

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 282/95

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 046/95, objetiva alterar dispositivos das Leis n°s 8.933/89 e 8.927/88, que tratam, respectivamente, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão "Causa Mortis".

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chama da opinar, esta Comissão de Finanças, conclui nada haver que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.96

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO FUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI N° 282/95

Art. 1° - O art 4° da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 49 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1° - O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2° - Em nenhuma hipótese os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa estabelecida no art. 161, § 1°, da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3° - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4° - No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5° - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a

data da ocorrência do fato gerador adotar-se-á

a) o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil.

b) o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 6° - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput" deste artigo

Art. 2° - Aplicam-se aos demais tributos estaduais os coeficientes e critérios de cobrança de juros de mora previstos na Lei 8933/89, de 26 de janeiro de 1989

Art. 3° - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Internacional e de Comunicação - ICMS, lançados até 30 de abril de 1996, ajuizados ou não, poderão ser regularizados, mediante pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais.

I - em uma única parcela, até 20 de julho de 1996, com a redução de 90% do valor da multa.

II - parcelado conforme segue, desde que a primeira parcela seja paga até 20 de julho de 1996 e as demais, até o último dia útil dos meses subsequentes:

a) em seis parcelas mensais, com a redução de 80% do valor da multa;

b) em oito parcelas mensais, com a redução de 70% do valor da multa;

c) em dez parcelas mensais, com a redução de 60% do valor da multa;

d) em doze parcelas mensais, com a redução de 50% do valor da multa;

e) em quatorze parcelas mensais, com redução de 40% do valor da multa;

f) em dezesseis parcelas mensais, com redução de 30% do valor da multa;

g) em dezessete a vinte parcelas mensais, com redução de 10% da multa.

§ 1° - Na hipótese do inciso II;

a) o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 125 UFIR;

b) o não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo, apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo as quantias não pagas automaticamente inscritas em Dívida Ativa para cobrança judicial.

§ 2° - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança executiva, o sujeito passivo deverá comprovar, previamente a quitação dos honorários e dos encargos e despesas processuais, proporcionalmente ao valor do débito reduzi-

do.

§ 3º - Aos créditos tributários parcelado forma do inciso II deste artigo e aos já parcelados até a data da publicação desta lei, não se aplica o disposto no art. 49 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, alterado pelo art. 1º desta lei, aplicando-se-lhes juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§ 4º - Aos créditos tributários regularizados na forma deste artigo não se aplica o disposto no parágrafo único do art. 51 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

§ 5º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de créditos tributários já extintos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de junho de 1996 em relação aos arts. 1º e 2º, e da data da publicação em relação ao art. 3º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.05.96

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FLIO RUSCH - Relator.

Apoio: Milton Puppio, Duílio Genari e Geraldo Cartário.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. - **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 282/95.

ITEM 08

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/96, de autoria dos Deputados Renato Adur e Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço Marítimo de Veículos - Ferry Boat, na Baía de Guaratuba. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no D.A. nº 08, de 19.03.96).

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 071/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury e Renato Adur, visa autorizar o Poder Executivo a privatizar o Serviço Marítimo de Veículos "Ferry Boat", na Baía de Guaratuba.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta parecer favorável em relação à sua legalidade e constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Ao procedimento de sua análise por esta Comissão de Finanças, conforme reza o Regimento Interno em seu artigo 33, § 3º, nada encontramos que impeça a sua aprovação.

CONCLUSÃO

Assim sendo, é o nosso parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 071/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do inciso XIX, do art. 27 e art. 10 da Constituição Estadual, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a privatizar, por CONCESSÃO, o Serviço Público de Transporte Coletivo Aquaviário de Veículos e Passageiros na Baía de Guaratuba - "Ferry-boat de Guaratuba".

Art. 2º - O Poder Executivo expedirá Decreto, regulamentando as condições de contrato de Concessão, autorizado pela presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILITINHO PUPPIO - Relator

Em votação.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -

Apenas gostaríamos de ler o voto em separado da Bancada do Partido dos Trabalhadores para justificar nosso voto contrário ao Projeto de Lei nº 71/96.

Na CCJ havíamos feito uma solicitação ao Governo do Estado para que se pronunciasse quanto a este projeto, que foi apresentado um parecer, na sequência, e neste parecer enviado ao Secretário de Estado, foi feito um substitutivo. Mas, mesmo assim, gostaríamos de colocar o voto em separado. Não questionando a constitucionalidade mas sim o mérito da proposta, nos seguintes termos: (Lê):

"VOTO EM SEPARADO AO

PROJETO DE LEI Nº 71/96.

Em dois de abril do corrente ano, através de voto em separado, foram procedidas diligências em relação ao plano de lei em epígrafe.

De acordo com o Ofício nº 173/96-GS do Diretor da Secretaria de Estado dos Transportes, Sidney Pinheiro Gonçalves, pudemos constatar o seguinte:

1. o contrato de permissão de uso fir-

mado com a empresa F. Anfreis & Cia Ltda, objetivando o transporte de passageiros e veículos de carga, na ligação Caiobá-Guaratuba, na Baía de Guaratuba, está vencido desde o dia 1º de março de 1995, haja vista a impossibilidade de prorrogação, na forma da cláusula quinta do contrato;

2. apesar de vencido o contrato supracitado, em 05 de setembro de 1995, o Governador Jaime Lerner, através do Decreto 1088, autorizou a empresa F. Andreis & Cia Ltda a continuar operando até que se concluisse processo de licitação tendo por finalidade a concessão de uso;

3. a Portaria 228, de 17 de outubro de 1991, do Ministério da Infra-Estrutura dispõe sobre a possibilidade da concessão de uso dos serviços de transporte hidroviário interior;

4. a Concorrência nº 001/96 - DER/PR tem por objeto a contratação, mediante concessão, da exploração do serviço público de transporte coletivo aquaviário de veículos e passageiros na travessia da Baía de Guaratuba.

Diante dos fatos apontados pelas informações do Poder Executivo, consideramos sem objeto o Projeto de Lei nº 071/96, posto que o Governo do Estado já dispôs que será efetuada a concessão de uso e não a privatização daquele serviço de transporte. Além disso, o próprio parecer encartado ao processo alega que o Governo do Estado não necessita de autorização para privatizar o citado serviço, isto é, se tivesse intenção de fazê-lo. Contudo, o poder público, no caso em exame, está transferindo a execução do serviço de transporte da Baía de Guaratuba, preservando a respectiva titularidade.

Isto posto, discordamos o parecer favorável e emitimos nosso voto contrário à tramitação do Projeto de Lei nº 071/96.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

Isto posto, discordamos do presente projeto ao mérito e eu gostaria que ficasse registrado o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

O SR. PENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de fazer uma consulta, na votação desse projeto, primeiro será votado Substitutivo, prejudicando o projeto original, ou será votado o projeto e com a sua aprovação será prejudicado o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A primeira votação é sobre a constitucionalidade. Não se vota o Substitutivo. Na segunda é que será apreciado o Substitutivo.

Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. - **Aprovado**, com voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 56, de 09.05.96.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 171/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marilândia do Sul, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 56, de 09.05.96.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 172/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marilândia do Sul, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 1323, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados, há um requerimento de nossa autoria no qual solicitamos informações a respeito da contratação de serviços para a realização de cursos para os professores do Magistério Público Estadual e cursos estes a ser efetuados no Faxinal do Céu. Sabem os Srs. Deputados que estes cursos vêm sendo dados e esta Casa não tem um mínimo conhecimento de como foi contratada esta empresa, a metodologia, o conteúdo lá dado e que há suspeitas de que tal metodologia ou tal conteúdo ou melhor do que é dado, as universidades estaduais do Paraná poderiam fazer. Nós enviamos um requerimento ao Secretário de Educação, solicitamos informações e ele nos disse para fazer via Pedido de Informação.

Fizemos um Pedido de Informação dias atrás, o qual o líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que pediu que retirássemos. Nós retiramos e ficamos aguardando as informações. Passamos mais de 15 dias, cerca de 20 dias, não obtendo a resposta, novamente entramos com Pedido de Informação que é um direito do Parlamentar, que é direito garantido e eu chamo a atenção dos Srs. Parlamentares, que no Congresso Nacional o Pedido de Informação é protocolado junto à Mesa e a Mesa encaminha, não tem a necessidade de votação.

Na Câmara Municipal de Curitiba, todo e qualquer requerimento é aprovado independente de que Vereador faça e se for em período de recesso, qualquer Vereador faz o pedido desejado, ad referendum na Plenária na 1.ª Sessão do ano seguinte.

Aqui comigo tem ex-Vereadores de Curitiba, Carlos Simões, o próprio líder do Governo Algaci Túlio sabe que é assim na Câmara de Vereadores e nós nessa Casa não podemos cercear o direito de informação de Parlamentares, é um absurdo quando se vai buscar qualquer informação e não a obtém. Eu sei que a bancada governista na sua grande maioria, na legislatura anterior era oposição e via barrada nesse pedido de informação, toda vez que fazia não conseguia obter a aprovação, esse ano mudou para melhor mas esperamos que seja 100% dos pedidos aprovados, porque não podemos ser cerceados.

O Deputado Seleme, quando vereador, sabe que lá é assim e por que é nessa Casa é cerceado o direito de qualquer Parlamentar obter informação? Acho que quando nega a informação só pode existir irregularidade por trás, é a suspeita que tenho mesmo que não tenha irregularidade. Não estou dizendo que isso é irregular até porque eu não conheço o processo, mas posso sair aí dizendo que é porque o Governo nega a informação e a gente sabe que o Governo pode nos dar isso aí. É documento

público e é necessário que cumpramos este papel.

Nesse sentido, apelo aos Srs. Deputados, solicito o apoio de todos e principalmente da bancada governista. Nós não podemos ter um Parlamento atrelado ao Poder Executivo. A independência dos Poderes deve ser exercida com toda a sua capacidade e com tudo o que é de direito.

Muito obrigado, e solicito o apoio dos Srs. Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, nós ouvimos atentamente a posição do Deputado Rosinha e eu quero dizer ao Deputado que não fui eu quem fez o Regimento desta Casa. Cada Casa de Leis tem um Regimento. Na nossa Câmara Municipal realmente é adotada esta forma que V.Fxa. acabou de dizer, porque nós lá estivemos durante três anos e meio. Quando viemos aqui para a Assembléia já existia o regimento da Casa, então nós não podemos mudá-lo, pelo menos por ora, isso vai interesse da Comissão Executiva.

Dizer que eu tenho procurado alguns Pedidos de Informação, mas é preciso também esclarecer aos Deputados que nem todas as informações podem ser tão automáticas, tão rápidas como todos desejam senão nós vamos precisar, em cada Secretaria, de uma equipe de funcionários só para ficar respondendo pedido de Informação da Assembléia.

É um direito, eu não discuto isso, mas a gente tem que ter um pouco de calma dentro da medida do possível, eu tenho aberto sem discussão, tenho deixado passar pedido de informações, bem ao contrário de anos anteriores aqui nesta Casa, o Deputado Rosinha também é testemunha disso, e procuro trazer, pedir ao Deputado, o Deputado Rosinha tem colaborado bastante nesse sentido, retirar alguns pedidos de informações, e eu, na medida do possível, tenho trazido.

O Secretário de Educação está fora da cidade, está fora do Estado, não tenho como obter neste momento as informações.

Peço ao Deputado, se não puder retirar por mais alguns dias, nós votamos esse requerimento, vamos derrubar esse requerimento e aí na semana que vem vamos procurar trazer as informações.

Ninguém nega informação, o Governo não está para esconder nada, absolutamente nada, dentro do possível do espaço e do tempo que me é permitido, eu tenho trazido, vou procurar trazer todas as informações.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Para Encaminhar)

- Quero fazer um apelo ao Deputado Algaci Túlio, porque um requerimento semelhante ao do Dr. Rosinha foi apresentado por mim na condição de Presidente da Co-

missão da Educação e Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa e foi rejeitado.

Nós temos tido uma relação muito cordial com o Secretário Ramiro, mas nós não podemos entender, Deputado Algaci, que pela 2ª vez seja rejeitado um requerimento semelhante.

Nós vamos ter em Ponta Grossa um Seminário de Educação e um dos tópicos desse Seminário é a Universidade do Professor. Como é que vamos discutir se não conhecemos questões importantes relativas à Universidade do Professor, em Faxinal do Céu? Nós entendemos que o direito mínimo que tem um Parlamentar é ser informado, se a Democracia é transparência do Poder Executivo. E nós vamos ser obrigados, vamos entrar essa semana com um pedido na Justiça, se qualquer cidadão paranaense tem direito de ser informado, quanto mais um Deputado que tem não só sua representação individual, mas a representação popular, que lhe é conferida no Partido, por voto.

Então fazemos um apelo à Bancada do Governo para que essa informação não seja mais uma vez impedida a nós Deputados. Fui Vereador em Ponta Grossa, e lá nós conseguimos aprovar, Deputado Algaci Túlio, na Lei Orgânica, informações que dependam de análise em 15 dias e não em 30, e aquelas que o Governo já dispõe em 5 dias, nós estamos na época da cibernetica, chegando ao século XXI e temos que esperar 30 dias para receber informação e mesmo assim a Bancada do Governo tem que rejeitar pedido de informação.

Nós vamos entrar na Justiça porque é direito dos Parlamentares estar bem informados sobre essa pessoa. Não queríamos isso temos relação cordial com o Secretário, inclusive prometemos exceder o seu Gabinete, mas não é possível que a Bancada aja dessa forma, autoritária, com os Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, vou reafirmar aqui o apelo, em nome do Partido dos Trabalhadores, para encaminhar, nesse momento em que todo o professorado do Estado, depois de toda aquela discussão, daquele momento de greve, paralisação, onde tiveram suas reivindicações parcialmente atendidas e tiraram ainda uma pauta de negociações para continuar travando a luta, Deputado Algaci Túlio, nosso candidato do PDT a Prefeito de Curitiba, com certeza disputará aí com Angelo Vanhoni essa concorrência.

Deputado Algaci Túlio não é possível que nesse momento em que os professores voltam contentes para casa, no momento em que eles perceberam que há uma mobilização, que o Governo voltou atrás, renegociou e repensou aquela tabela, nós pensa-

mos que esses mesmos professores sejam obrigados a não ter uma informação prestada, sejam privadas de uma prestação de contas, de uma proposta, uma proposta de complemento, uma proposta de formação feita através da Secretaria de Educação para eles mesmos numa cidade chamada Pinhão, lá no Distrito de Faxinal do Céu.

Meu apelo é que nesse momento que há uma relação muito cordial com os professores do Estado, o Estado do Paraná tem direito, é esse o objetivo desse requerimento, tem o direito de saber quanto o Governo paga para que eles sejam reciclados no seu fundamento, na relação professor-aluno, que é isso que se propõe em Faxinal do Céu.

Portanto, acho que é um bom momento de o Governo do Estado prestar essas informações, nós já tentamos anteriormente, nós tentamos extra-oficialmente e agora de novo oficialmente nós tentamos que o Governo nos dê essas informações, mesmo porque temos certeza, o Governo do Estado é um Governo novo, de novos caminhos, de momentos transparentes.

Ele não vai se negar de forma alguma prestar estas informações.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria aproveitar, que estamos falando de Faxinal do Céu e tenho visto, aqui, nesta Casa, alguns comentários e temos que ser justos com o que é bom e o que é ruim.

Tenho acompanhado há vários meses, pronunciamento de professores da Rede Pública do Estado, que já tiveram em Faxinal do Céu.

Tenho visto os professores voltarem de lá contentes, realizados e felizes, Deputado Péricles, Presidente da Comissão de Educação desta Casa.

Gostaria de sugerir ao nosso nobre presidente da Comissão, que comissão, ou membros deste parlamento, e essa idéia passaria à Presidência desta Casa, que se fizesse uma Comissão de Deputados, para que fosse até Faxinal do Céu passar uma semana, como os professores, que estão lá, para se fazer uma avaliação do trabalho lá desenvolvido.

Vou dizer-lhes com sinceridade, professores que eu falei há vários dias, estão voltando de lá maravilhados. Não sei quanto custa. Quem está pagando, na verdade, é o Estado. Não sei o custo. Mas já vi falar que sai barato, que aqueles cursos que eram feitos aqui na Capital do Estado.

Gostaria de sugerir, Senhor Presidente Anibal Khury, que se fizesse uma Comissão dos Senhores Deputados e conversassem com o Secretário de Educação. E esse grupo de Deputados poderia ficar uma semana, da

mesma forma como ficam os professores lá e, depois fizessem uma avaliação do que está se propondo lá e se traga para esta Casa. Acho que é muito importante.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - O Deputado Líder do Governo, Algaci Túlio, solicitou na exposição dele mais alguns dias.

Consulto a Presidência se nós podemos votar este requerimento, na terça-feira, para que o Deputado Algaci Túlio possa ver se possível, providenciar as informações. Tendo concordância de Vossa Excelência, do Deputado Algaci Túlio, o mantemos sem a votação hoje, e como autor, eu pediria para votarmos na terça-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não tem impedimento nenhum para prorrogar a votação desse requerimento, desde que seja requerido e o Plenário aprove.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Faço o requerimento verbal e solicito apoio do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência encaminha o Requerimento, mas eu vou submetê-lo a voto.

Senhores Deputados que aprovam para que o requerimento seja apreciado na Sessão de terça-feira.

Conservem-se como estão.

Aprovado.

Requerimento n° 001, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 003, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zarusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 004 e 016, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 005 a 009, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 010 e 011, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento n° 013, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma de sugestão.**

Requerimento n° 015, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 018, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n° 019 a 021, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 022, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 025, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 026, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SENHOR DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16 às dez horas com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 171, 172/96.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 558/95, 083, 117 e 148/96.

Levanta-se a sessão.